

PREGÃO ELETRÔNICO № 012/2014

A PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MATEUS/ES por intermédio da **SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO MATEUS**, doravante denominado **FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO MATEUS**, com sede à Avenida Jones dos Santos Neves, nº 70 – Centro - São Mateus – ES, realizará licitação na modalidade "Pregão Eletrônico", do tipo MENOR PREÇO POR ITEM, através do site: www.bb.com.br ou www.licitacoes-e.com.br, tendo como objetivo a <a href="CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM COBERTURA DE SEGURO DE VEÍCULOS, conforme **Processo** nº 007.851/2014. O Pregão será realizado pela Pregoeira e Equipe de Apoio do Município, designado pela **Portaria Nº 417/2013 e alterada pela Portaria nº 575/2013**, de acordo com a Lei n.º 10.520, de 17 de julho de 2002, subsidiariamente pela Lei nº 8.666 de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores e demais normas pertinentes, e pelas condições estabelecidas pelo presente Edital.

1. DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

- 1.1 O Pregão Eletrônico será realizado em sessão pública, por meio da *INTERNET*, mediante condições de segurança criptografia e autenticação em todas as suas fases. Os trabalhos serão conduzidos por servidor do Município, denominado Pregoeiro, mediante a inserção e monitoramento de dados gerados ou transferidos para o aplicativo "Licitações-e", no sítio eletrônico www.licitacoes-e.com.br do Banco do Brasil S/A.
- 1.2 − Este procedimento licitatório obedecerá, integralmente, às Leis Nº 10.520, de 17 de julho de 2002, que institui a modalidade de Pregão e a Lei 8.666/93 e alterações posteriores.
- 1.3 O Edital poderá ser lido e obtido de segunda a sexta-feira na Sala de Licitações dos Fundos Municipal de Saúde e de Assistência Social, situado na Av. Jones dos Santos Neves, nº 70, Centro CEP.: 29.930-900 São Mateus ES, no horário das 11h30 às 17h30, e nos seguintes endereços: www.licitacoes-e.com.br e www.saomateus.es.gov.br.

1.4 - Serão observadas as seguintes datas e horários para os procedimentos:

| Data inicial para recebimento das propostas | Dia 16/06/2014 |
|---|----------------------------------|
| Limite para acolhimento das propostas | Às 13:15 horas do dia 30/06/2014 |
| Abertura das propostas | Às 13:15 horas do dia 30/06/2014 |
| Início da sessão de disputa de preços | Às 13:30 horas do dia 30/06/2014 |

1.5 - FORMALIZAÇÃO DE CONSULTAS: (informando o número do Pregão) e-mail: licitacaofundo@saomateus.es.gov.br - Telefone (027) **3761-4864 e/ou 3761-4875**, após 08h00.

2. DO OBJETO

2.1 - O presente Pregão Eletrônico tem por objetivo a <u>CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM</u>
<u>COBERTURA DE SEGURO DE VEÍCULOS</u>, para atendimento à Secretaria Municipal de Saúde, conforme Itens devidamente relacionados no Anexo I, do presente Edital.

3. LOCAL DE ENTREGA DOS MATERIAIS

3.1 - Os objetos deverão ser entregues conforme descrito no Anexo I.

4. DOTAÇÃO ORCAMENTÁRIA

4.1 - As despesas decorrentes da presente licitação correrão à conta do orçamento próprio do Município a cargo das contas de atividades:

0090 – SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE 009010 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE 10 - SAÚDE 122 – ADMINISTRAÇÃO GERAL

0136 – APOIO ADMINISTRATIVO – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE.

2.142 - MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DAS ATIVIDADES DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE.

33903900000 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA

12010000 - RECURSOS PRÓPRÍOS - FICHA 0000009



Estado do Espírito Santo

0090 – SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
009010 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
10 - SAÚDE
301 – ATENÇÃO BÁSICA
0135 – APOIO ADMINISTRATIVO – ATENÇÃO BÁSICA À SAÚDE.
2.144 – MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DAS ATIVIDADES DA ATENÇÃO BÁSICA À SAÚDE.
33903900000 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURIDICA
12030000 – RECURSOS DO SUS - FICHA 0000022

0090 – SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
009010 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
10 - SAÚDE
301 – ATENÇÃO BÁSICA
0149 – TRANSPORTE
2.150 – MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO SETOR DE TRANSP. DE PACIENTES – CENTRAL DE AMBULÂNCIAS.
33903900000 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURIDICA
12030000 – RECURSOS DO SUS - FICHA 0000141

5. FORMALIZAÇÃO DE CONSULTAS

5.1 – Observado o prazo legal de 02 (dois) dias úteis antes da data fixada para recebimento das propostas, os interessados poderão formular consultas por e-mail, informando o número da licitação: <u>licitacaofundo@saomateus.es.gov.br</u> – Telefone (027) 3761-4864 e/ou 3761-4875.

6. RECEBIMENTO E ABERTURA DAS PROPOSTAS E DATA DO PREGÃO

6.1 - O fornecedor deverá observar as datas e os horários limites previstos para a abertura da proposta, atentando também para a data e horário do início da disputa.

7. REFERÊNCIA DE TEMPO

7.1 - Todas as referências de tempo no Edital, no Aviso e durante a Sessão Pública observarão, obrigatoriamente, o horário de Brasília – DF e, dessa forma, serão registradas no sistema eletrônico e na documentação relativa ao certame.

8. CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO

- 8.1 Poderão participar do processo os interessados que atenderem a todas as exigências contidas neste Edital e seus anexos.
- 8.2 Estarão impedidas de participar, direta ou indiretamente, de qualquer fase deste processo licitatório os interessados que se enquadrarem em uma ou mais das situações a seguir:
- 8.2.1 estejam cumprindo penalidade de suspensão temporária imposta por qualquer órgão da Administração Pública motivada pelas hipóteses previstas no artigo 88 da Lei no. 8.666/93;
- 8.2.2 sejam declaradas inidôneas em qualquer esfera de Governo;
- 8.2.3 estejam sob falência, concordata, recuperação judicial, dissolução ou liquidação; e
- 8.2.4 se enquadram no disposto no art. 9º da Lei nº 8.666/93 e alterações.
- 8.3 Não será permitida a participação na licitação de mais de uma empresa sob o controle de um mesmo grupo de pessoas, físicas ou jurídicas.

9. REGULAMENTO OPERACIONAL DO CERTAME

- 9.1 O certame será conduzido pelo Pregoeiro, que terá, em especial, as seguintes atribuições:
- 9.1.1 acompanhar os trabalhos da equipe de apoio;
- 9.1.2 responder as questões formuladas pelos fornecedores, relativas ao certame;
- 9.1.3 abrir as propostas de preços;



- 9.1.4 analisar a aceitabilidade das propostas;
- 9.1.5 desclassificar propostas indicando os motivos;
- 9.1.6 conduzir os procedimentos relativos aos lances e à escolha da proposta do lance de menor preco;
- 9.1.7 verificar a habilitação do proponente classificado em primeiro lugar;
- 9.1.8 declarar o vencedor;
- 9.1.9 receber, examinar e decidir sobre a pertinência dos recursos;
- 9.1.10 elaborar a ata da sessão;
- 9.1.11 encaminhar o processo à autoridade superior para homologar e autorizar a contratação;
- 9.1.12 convocar o vencedor para assinar o contrato ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido;
- 9.1.13 abrir processo administrativo para apuração de irregularidades visando à aplicação de penalidades previstas na legislação.

10. CREDENCIAMENTO NO APLICATIVO LICITAÇÕES

- 10.1 Os licitantes ou seus representantes legais deverão estar previamente credenciados junto ao órgão provedor, no prazo mínimo de **24 (vinte e quatro) horas** antes da data de realização do pregão.
- 10.2 Para acesso ao sistema eletrônico, os interessados em participar do Pregão deverão dispor de chave de identificação e senha pessoal (intransferíveis), obtidas junto às Agências do Banco do Brasil S.A., sediadas no País.
- 10.3 A chave de identificação e a senha terão validade de 01 (um) ano e poderá ser utilizada em qualquer pregão eletrônico, salvo quando cancelada por solicitação do credenciado.
- 10.4 É de exclusiva responsabilidade do usuário o sigilo da senha, bem como seu uso em qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante.
- 10.5 O credenciamento do fornecedor e de seu representante legal junto ao sistema eletrônico implica na responsabilidade legal pelos atos praticados e a capacidade técnica para realização das transações inerentes ao pregão eletrônico.
- 10.6 Em se tratando de microempresa ou empresa de pequeno porte, nos termos da Lei complementar nº 123 de 14.12.2006 e para que essa possa gozar dos benefícios previstos no Capítulo V da referida Lei, é necessário, à época do credenciamento acrescentar as expressões "Microempresa" ou "Empresa de Pequeno Porte" ou suas respectivas abreviações, "ME" ou "EPP", à sua firma ou denominação, conforme o caso.
- 10.6.1- Caso a proponente já esteja cadastrada no sistema e não constem os dados acima em sua firma ou denominação, deverá providenciar a alteração de seu cadastro no sistema. Para tanto deverá dirigir-se a agência do Banco do Brasil de sua cidade.

11. DA PARTICIPAÇÃO

- 11.1 A participação no Pregão Eletrônico dar-se-á por meio de digitação da senha pessoal e intransferível do representante credenciado e subseqüente encaminhamento da proposta de preços, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, observados a data e horário limite estabelecidos.
- Obs.: a informação dos dados para acesso deve ser feita na página inicial do site www.bb.com.br, opção "Acesso Identificado".
- 11.2 Como requisito para participação no pregão, o licitante deverá manifestar, em campo próprio do sistema eletrônico, o pleno conhecimento e atendimento às exigências de habilitação prevista no edital.



Estado do Espírito Santo

- 11.3 Caberá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.
- 11.4 Caso haja desconexão com o Pregoeiro no decorrer da etapa competitiva do pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances, retornando ao Pregoeiro, quando possível, sua atuação no certame, sem prejuízo dos atos realizados.
- 11.4.1 Quando a desconexão persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão do pregão será suspensa e terá reinício somente após comunicação expressa aos participantes.

12 - DA PROPOSTA COMERCIAL

- 12.1.1 A licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema ou ao órgão promotor da licitação responsabilidade por eventuais danos decorrentes do uso indevido da senha, ainda que por terceiros (Inciso II, Art. 13º do Decreto nº 5.450/05).
- 12.1.2 Incumbirá à licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão (Inciso IV, Art. 13º do Decreto nº 5.450/05).
- 12.1.3 O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que venha comprometer o sigilo ou a inviabilidade do uso da senha, para que seja bloqueado seu acesso imediatamente.
- 12.1.4 A proposta de preços previstas no Edital deverá ser encaminhada exclusivamente por meio eletrônico, via internet, pelo sítio www.bb.com.br e, quando for o caso, seus anexos. (Art. 21 do Decreto 5.450/05).
- 12.1.5 A Proposta de Preços contendo as especificações detalhadas do objeto ofertado marca, modelo, preços unitários e totais do material, deverá ser elaborada e enviada em formulário específico, exclusivamente por meio do sistema eletrônico.
- 12.1.6 Como requisito para a participação no pregão a licitante deverá manifestar, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre plenamente os requisitos da habilitação e que sua proposta está em conformidade com as exigências do instrumento convocatório (Parágrafo 2º do Art. 21 do Decreto 5.450/05).
- 12.1.7 A proposta de Preços, da licitante vencedora do item, contendo as especificações detalhadas do objeto ofertado, deverá ser formulada e apresentada imediatamente, contados a partir do encerramento da etapa de lances, com os preços unitários e totais atualizados em conformidade com os lances eventualmente ofertados, exclusivamente por meio de sistema eletrônico.
- 12.1.8 Na Proposta de Precos deverá constar as seguintes condições:
- a) Prazo de validade, não inferior a 60 (sessenta) dias corridos, a contar da data de sua apresentação;
- b) Prazo de entrega das apólices: em até 15 dias consecutivos a contar da data de recebimento da Ordem de Fornecimento;
- c) A validade dos materiais, não inferior a 02 (dois) anos, aplicável quando for o caso;
- **d)** Preço unitário e total do Item cotado, de acordo com os preços praticados no mercado, conforme estabelece o inciso IV, Art. 43 da Lei nº 8.666/93, em algarismo e por extenso (total), expresso em moeda corrente nacional (R\$), considerando as quantidades constantes do presente Edital;
- e) No preço cotado, deverão estar incluídos todos os insumos que os compõem, tais como as despesas com impostos, taxas, frete, seguro e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no valor total dos materiais objeto desta Licitação.
- f) Nos preços unitários, será permitido no máximo 02 (duas) casas decimais;
- q) Conter o nome do banco, o código da agência e o número da conta corrente da empresa, para efeito de pagamento;



Estado do Espírito Santo

- h) A apresentação da proposta implicará plena aceitação, por parte do proponente, das condições estabelecidas neste Edital e seus anexos;
- i) Serão desclassificadas as propostas que não atenderem às exigências do presente Edital, sejam omissas ou apresentem irregularidades insanáveis.
- 12.1.9 Poderão ser admitidos pelo Pregoeiro erros de naturezas formais, desde que não comprometam o interesse público e da administração.

13. ABERTURA

- 13.1 A partir do horário previsto no subitem 1.4, terá início à sessão pública do pregão eletrônico, com a divulgação das propostas de preços recebidas, passando o Pregoeiro a avaliar a aceitabilidade das propostas.
- 13.2 Aberta a etapa competitiva, os representantes dos fornecedores deverão estar conectados ao sistema para participar da sessão de lances. A cada lance ofertado o participante será imediatamente informado de seu recebimento e respectivo horário de registro e valor.
- 13.3 Só serão aceitos lances cujos valores forem inferiores ao último lance que tenha sido anteriormente registrado no sistema.
- 13.4 Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.
- 13.5 Durante o transcurso da sessão pública, os participantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado. O sistema não identificará o autor dos lances aos demais participantes.
- 13.6 A etapa de lances da sessão pública será encerrada mediante aviso de fechamento eminente dos lances, emitido pelo sistema eletrônico, após o que transcorrerá período de tempo de até trinta minutos, aleatoriamente determinado também pelo sistema eletrônico, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.
- 13.7 Facultativamente, o Pregoeiro poderá encerrar a sessão pública mediante encaminhamento de aviso de fechamento eminente dos lances e subseqüente transcurso do prazo de trinta minutos, findo o qual será encerrada a recepção de lances. Neste caso, antes de anunciar o vencedor o pregoeiro poderá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta, diretamente ao proponente que tenha apresentado o lance de menor preço, para que seja obtido preço melhor, bem assim decidir sobre sua aceitação.
- 13.8 O sistema informará a proposta de menor preço imediatamente após o encerramento da etapa de lances ou, quando for o caso, após negociação e decisão pelo pregoeiro acerca da aceitação do lance de menor valor.
- 13.9 Encerrada a etapa de lances da sessão pública, o licitante arrematante do lance de menor valor deverá enviar **no prazo máximo de 48 horas**, as declarações e os documentos exigidos para habilitação, contidas nos **ANEXOS** deste Edital.
- 13.9.1 A documentação deverá ser apresentada em envelope lacrado, e em sua parte externa e frontal deverá conter, além da razão social da licitante, os seguintes dizeres:

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MATEUS - ES SETOR DE LICITAÇÕES DOS FUNDOS MUNICIPAL DE SAÚDE E DE ASSISTÊNCIA SOCIAL Endereço: Av. Jones dos Santos Neves, n° 70 – Centro CEP.: 29.930-900 – SÃO MATEUS - ES

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 012/2014

- 13.10-A proposta de preços será definitiva e não reajustável e deverá ter a validade mínima de 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua abertura.
- 13.11- O proponente deverá indicar na proposta, as especificações completas e demais exigências para os materiais constantes no anexo I.
- 13.12 Constatando o atendimento das exigências fixadas no Edital, o objeto será adjudicado ao autor da proposta ou lance de menor preço.



14. DO LANCE, JULGAMENTO E CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS

- 14.1 O Pregoeiro efetuará o julgamento das propostas pelo critério de "MENOR PREÇO POR ITEM", podendo encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta diretamente ao licitante que tenha apresentado o lance de menor valor global, para que seja obtido preço melhor, bem assim decidir sobre sua aceitação, observados os prazos para fornecimento, as especificações técnicas, parâmetros mínimos de desempenho e de qualidade e demais condições definidas neste edital.
- 14.2 Após o encerramento da sessão de disputa e estando o valor da melhor proposta acima do valor de referência, o Pregoeiro negociará a redução do preço com seu detentor.
- 14.3 Encerrada a etapa de lances da sessão pública e ordenadas as ofertas, a Pregoeira comprovará a regularidade de situação do autor da melhor proposta, avaliada na forma da Lei 10.520/2002. O Pregoeiro verificará, também, o cumprimento das demais exigências para habilitação contidas no Anexo III deste Edital.
- 14.3.1 O licitante detentor da melhor proposta deverá apresentar, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, via correio ou pessoalmente, a documentação de Habilitação constante do Anexo III deste Edital juntamente com a Proposta final, nos moldes por este Edital e Anexos, e Proposta Final Original, sob pena de Inabilitação e conseqüente desclassificação no certame, salvo motivo devidamente justificado e aceito pelo Pregoeiro, no seguinte endereço: Av. Jones dos Santos Neves, n° 70, Centro CEP.: 29.930-900 São Mateus ES. Tel.: (027) 3761- 4864 e/ou 3761-4875.
- 14.4 Será assegurado, como critério de desempate, preferência de contratação para as Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, conforme previsto na Lei Complementar nº 123, de 14.12.2006.
- 14.4.1 A identificação do proponente como Microempresa ME ou Empresa de Pequeno Porte EPP deverá ser feita na forma do item 10.6 deste edital.
- 14.5 Entende-se por empate aquelas situações em que as propostas apresentadas pelas microempresas ou empresas de pequeno porte sejam iguais ou até 5% (cinco por cento) superiores à proposta de menor preço.
- 14.6 Para efeito do disposto no item 14.5 deste edital, ocorrendo o empate, proceder-se-á da seguinte forma:
- a) a microempresa ou empresa de pequeno porte melhor classificada será convocada para apresentar nova proposta, a qual deverá ser feita no prazo máximo de 05 (cinco) minutos após o encerramento dos lances, via "chat de mensagens" sob pena de preclusão do direito. Caso ofereça proposta inferior à melhor classificada, passará à condição de primeira classificada do certame:
- b) não ocorrendo interesse da microempresa ou empresa de pequeno porte na forma da alínea "a" deste item, serão convocadas as remanescentes que porventura se enquadrarem na hipótese do item 14.5 deste edital, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito; e
- c) no caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem no intervalo estabelecido no item 14.5 deste edital, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar a melhor oferta.
- 14.7 Na hipótese da não contratação nos termos previstos no item 14.5 deste edital, voltará a condição de primeira classificada, a empresa autora da proposta de menor preço originalmente apresentada.
- 14.8 O disposto nos itens 14.4 e 14.5 somente se aplicará quando a proposta de menor preço não tiver sido apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte.
- 14.9 Se a proposta ou lance de menor valor não for aceitável, ou se o licitante desatender às exigências habilitatórias, o Pregoeiro examinará a proposta ou o lance subseqüentemente, verificando a sua aceitabilidade e procedendo à sua habilitação, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma proposta ou lance que atenda ao edital.
- 14.10 Considera-se inaceitável, para todos os fins aqui dispostos, a proposta que não atender as exigências fixadas neste Edital e em seus anexos ou ofertarem preços superfaturados ou manifestadamente inexequíveis.
- 14.11 Constatado o atendimento das exigências fixadas no edital e anexos, o licitante será declarado vencedor do certame, sendo-lhe adjudicado o objeto pelo Pregoeiro, caso não haja manifestação de intenção imediata e motivada de interposição de recurso.



- 14.12 O licitante participante registrará o valor correspondente a sua proposta em campo apropriado do sistema e durante a disputa o valor poderá ser reduzido conforme interesse do licitante.
- 14.12.1 Os lances formulados deverão indicar PREÇO POR ITEM.
- 14.12.2 O fornecedor deverá obrigatoriamente indicar no campo "informações adicionais" do sistema eletrônico: Descrição resumida do objeto ofertado, nome comercial, marca, fabricante, país de origem, forma farmacêutica e dosagem, quantidade por embalagem, nº de registro no Ministério da Saúde, e informação de que atende na íntegra as especificações mínimas do Anexo II do Edital.
- 14.13 Obedecidos os critérios definidos para julgamento e classificação das propostas, será adotado o critério de **MENOR PREÇO POR ITEM.**

15. DA IMPUGNAÇÃO

- 15.1 Até 02 (dois) dias úteis antes da data fixada para recebimento das propostas, qualquer licitante poderá solicitar esclarecimentos, providências ou impugnar o ato convocatório deste Pregão.
- 15.2 Ao final da disputa de cada item, o licitante que desejar recorrer contra decisões da Pregoeira poderá fazê-lo, manifestamente sua intenção através do sistema eletrônico, imediatamente após a fase competitiva, com o registro da síntese das suas razões, sendo-lhes facultado juntar memórias no prazo de 03 (três) dias úteis. Os interessados, desde logo, intimados a apresentar contra-razões em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo do recorrente.
- 15.3 Não serão conhecidas as impugnações e os recursos apresentados fora do prazo legal e/ou subscritos por representante não habilitado legalmente ou não identificado no processo para responder pelo proponente. A falta de manifestação imediata e motivada importará a preclusão do direito de recurso.
- 15.4 Não será concedido prazo para recursos sobre assuntos meramente protelatórios ou quando não justificada a intenção de interpor o recurso pelo proponente.
- 15.5 A falta de manifestação imediata e motivada do licitante importará a decadência do direito de recurso e a adjudicação do objeto da licitação ao licitante vencedor.
- 15.6 Os recursos e contrarrazões de recurso, bem como impugnações do Edital, deverão ser dirigidos a Pregoeira e protocolizados junto ao Setor de Licitações dos Fundos Municipal de Saúde e de Assistência Social do Município, localizado à **Avenida Jones dos Santos Neves, nº 70 Centro São Mateus ES, CEP.: 29.930-900** em dias úteis, no horário de 11:30 às 17:30 horas, o qual deverá receber, examinar e submetê-lo a autoridade competente que decidirá sobre a sua pertinência.

16 - DOS RECURSOS

- 16.1 Qualquer licitante poderá manifestar imediata e motivadamente a intenção de recorrer, quando lhe será concedido o prazo de 03 (três) dias úteis para apresentação das razões do recurso, ficando os demais licitantes desde logo intimados para apresentar contrarrazões em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo do recorrente, sendolhes assegurada vista imediata dos autos. A manifestação da intenção de interpor recurso será feita no final da sessão com registro em ata da síntese das suas razões e contrarrazões.
- 16.2 A falta de manifestação imediata e motivada da licitante importará decadência do direito de recurso e adjudicação do objeto pelo Pregoeiro ao vencedor.
- 16.3 O recurso contra decisão do Pregoeiro não terá efeito suspensivo.
- 16.4 O acolhimento do recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.
- 16.5 Decairá do direito de impugnar perante a Administração, os termos desta licitação, aquele que aceita-los sem objeção, venha apontar, depois do julgamento, falhas ou irregularidades que a viciariam, hipótese em que tal comunicação não terá efeito de recurso.
- 16.6 A decisão do Pregoeiro deverá ser motivada e submetida à apreciação da autoridade responsável pela licitação.



Estado do Espírito Santo

- 16.7 Não serão aceitos os recursos interpostos após os respectivos prazos legais, bem como os que forem enviados por e-mail.
- 16.8 Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados, na Sala da Comissão Permanente de Licitação dos Fundos Municipal de Saúde e de Assistência Social da Prefeitura Municipal de São Mateus ES, situada à Av. Jones dos Santos Neves, n° 70, Centro CEP.: 29.930-900 São Mateus ES.

17 - DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

- 17.1 A adjudicação do objeto do presente certame será viabilizada pela Pregoeira sempre que não houver recurso.
- 17.2 A homologação da licitação é de responsabilidade da autoridade competente e só poderá ser realizada depois da adjudicação do objeto ao proponente vencedor pelo Pregoeiro, ou, quando houver recurso, pela própria autoridade competente.

18 – DAS OBRIGAÇÕES DA ADJUDICATÁRIA

A adjudicatária obrigar-se-á:

18.1 – Entregar o objeto solicitado, estritamente de acordo com as especificações descritas no Termo de Referência e previstos neste Edital, bem como no prazo e quantitativo nele estabelecido, responsabilizando-se pela inadequada execução, quando constatada no recebimento, existirem desacordos com as referidas especificações.

19 - DA ENTREGA E DO RECEBIMENTO DO MATERIAL

- 19.1. O recebimento do objeto desta licitação será fiscalizado por servidor designado pela Secretaria requisitante e dar-se-á mediante termo circunstanciado, na forma do § 1º e Inciso II, do Art. 73, da Lei de Licitações da seguinte forma:
- a) provisoriamente, por cinco dias, para verificação da conformidade do objeto com as especificações;
- b) definitivamente, transcorridos 05 (cinco) dias úteis. Findo esse prazo sem que tenha sido lavrado o termo de recebimento definitivo e sem que haja qualquer manifestação em contrário, presumir-se-á ocorrido o recebimento definitivo.
- 19.2. O prazo máximo para entrega das apólices será no máximo de 15 (quinze) dias contados da data da assinatura do contrato.
- 19.2.1 O prazo de execução dos serviços em caso de ocorrência de sinistro ou acidente, é de no máximo 30 (trinta) dias.
- 19.3 Por ocasião da entrega, caso seja detectado que os materiais não atendem às especificações técnicas do objeto licitado, poderá a Administração rejeita-los, integralmente ou em parte, obrigando-se a Licitante a providenciar a sua substituição dos bens não aceitos no prazo máximo de até 05 (cinco) dias, sem prejuízo para o disposto nos artigos 441 a 446 do Código Civil de 2002, aplicável quando for o caso.
- 19.7. Correrão por conta da Contratada todas as despesas de embalagem, transporte, tributos, decorrentes da entrega do objeto, aplicável quando for o caso.

20. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

- 20.1 Os licitantes que ensejarem o retardamento da execução do certame, não mantiverem a proposta, falharem ou fraudarem na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo, fizerem declaração falsa ou cometerem fraude fiscal, poderão ser aplicadas, conforme o caso, as seguintes sanções, sem prejuízo da reparação dos danos causados ao Município:
- 20.1.1 advertência;
- 20.1.2 multa de 0,03% (três décimos por cento) por dia de atraso, limitada a 20% do valor total do contrato;
- 20.1.3 multa de 10% (dez por cento) pelo descumprimento do Contrato:
- 20.1.4 suspensão temporária do direito de licitar, de contratar com a Administração e, se for o caso, descredenciamento no Município, pelo prazo de até 02 (dois) anos ou enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou, ainda, até que seja promovida a reabilitação perante a autoridade que aplicou a penalidade.
- 20.1.5 declaração de inidoneidade para contratar com toda a Administração Pública Estadual, nos termos do artigo 7º da Lei Federal nº 10.520/02, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a



Estado do Espírito Santo

reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes, e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base na alínea anterior.

- 20.2 No caso de aplicação de advertência, multa e suspensão temporária, caberá apresentação de recurso no prazo de 05 (cinco) dias úteis a contar da intimação do ato.
- 20.3 Pela recusa injustificada da assinatura da Ordem de Fornecimento, a contratada será penalizada em até 10% do valor do contrato.

21. INSTRUMENTALIZAÇÃO DA COMPRA

- 21.1 Se o licitante classificado em primeiro lugar, não comprovar que atende às exigências do edital quanto à sua habilitação, ou tiver sua proposta desclassificada, após decorrido o prazo recursal, o Pregoeiro examinará a documentação de habilitação dos demais proponentes, observada a ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao Edital, sendo o respectivo concorrente convocado para negociar redução do preço ofertado, tendo sempre como meta o preço de menor oferta obtida no pregão.
- 21.2 Homologada a decisão e após decorrido o prazo para interposição dos recursos e suas respectivas decisões, será o licitante vencedor convocado para assinar o contrato, ou instrumento equivalente, o que deverá fazê-lo no prazo de até 05 (cinco) dias.
- 21.3 Se o adjudicatário, convocado dentro do prazo de validade de sua proposta, negar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou instrumento equivalente, estará sujeito às penalidades do art. 87 da Lei nº 8.666/93. Neste caso, a Administração poderá aplicar também o que norteia o artigo 64 do mesmo ordenamento legal.
- 21.4 Para efetivar a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o licitante vencedor deverá apresentar o comprovante de situação regular perante a Fazenda Estadual e Municipal da sede do Licitante, Fazenda Pública Federal, Dívida Ativa da União, Fundo de Garantia por Tempo de Serviço e a Seguridade Social CND e CND Trabalhista.
- 21.5 A recusa injustificada do concorrente vencedor em assinar o contrato, ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo estabelecido sujeitará, ainda, o concorrente à aplicação da penalidade de suspensão temporária pelo prazo máximo de até 05 (cinco) anos.
- 21.6 Pela recusa em aceitar o pedido de fornecimento e/ou instrumento equivalente, dentro do prazo estabelecido, a Contratada se sujeitará à multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato.

22 - DO PAGAMENTO

- 22.1 Os pagamentos serão efetuados em até 30 (trinta) dias, através de depósito em conta corrente do fornecedor, no Banco por ele indicado, contados da data da certificação/aceitação dos materiais, constantes no verso da Nota Fiscal/Fatura em 02 (duas) vias, com o visto do funcionário competente para o recebimento e conferência dos produtos;
- 22.1.1 A Nota Fiscal apresentada deverá constar o número e a Modalidade de Licitação;
- 22.2 No caso de incorreção nos documentos apresentados, inclusive na Nota Fiscal/Fatura, serão os mesmos restituídos à adjudicatária para as correções necessárias, não respondendo o MUNICÍPIO por quaisquer encargos resultantes de atrasos na liquidação dos pagamentos correspondentes.
- 22.2.1 Ocorrendo erro na apresentação das Notas Fiscais/Faturas as mesmas serão devolvidas à CONTRATADA para correção, ficando estabelecido que o prazo para pagamento será contado a partir da data da apresentação das novas Notas Fiscais/Faturas, sem qualquer ônus ou correção a ser pago pelo Município;
- 22.3 É expressamente vedado ao fornecedor cobrança ou desconto de duplicatas através de rede bancária ou de terceiros:
- 22.4 Os pagamentos serão efetuados somente após a comprovação da Regularidade Fiscal, mediante apresentação, junto às Notas Fiscais/Faturas, de cópias, das Certidões Negativas de Débito com o INSS e FGTS e CNDs Municipal, Estadual e Federal da sede da Contratada e Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas, emitida pelo Tribunal Superior do Trabalho, conforme Lei nº 12.440/2011.
- 22.5 Conforme determina o Art. 64 da Lei nº 64 da Lei nº 9.430 de 27 de dezembro de 1996 e Instrução Normativa SRF nº 539 de 25 de abril de 2005, os pagamentos efetuados as pessoas jurídicas estão sujeitos a retenção dos impostos e tributos previstos no referido estatuto legal.



22.6 – As pessoas jurídicas optantes pelo SIMPLES (Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e das Empresas de Pequeno Porte), não estão sujeitas a retenção dos referidos tributos e contribuições previstas na referida legislação, desde que comprovada a condição de optante pelo SIMPLES, mediante a apresentação de declaração conforme modelo previsto no anexo da referida Instrução Normativa.

23 - DO REAJUSTE DE PREÇOS

23.1 – Os preços contratados serão fixos e irreajustáveis pelo período de 12 meses.

24. DISPOSIÇÕES FINAIS

- 24.1- O proponente é responsável pela fidelidade e legitimidade das informações prestadas e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação. A falsidade de qualquer documento apresentado ou a inverdade das informações nele contidas implicará a imediata desclassificação do proponente que o tiver apresentado, ou, caso tenha sido o vencedor, a rescisão do contrato ou pedido de compra, sem prejuízo das demais sanções cabíveis.
- 24.2 É facultado ao Pregoeiro, ou à autoridade a ele superior, em qualquer fase da licitação, promover diligências com vistas a esclarecer ou a complementar a instrução do processo.
- 24.3 O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará no afastamento do proponente, desde que seja possível a aferição da sua qualificação e a exata compreensão da sua proposta.
- 24.4 As normas que disciplinam este Pregão serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os proponentes, desde que não comprometam o interesse da Administração, a finalidade e a segurança da contratação.
- 24.5 As decisões referentes a este processo licitatório poderão ser comunicadas aos proponentes por qualquer meio de comunicação que comprove o recebimento ou, ainda, mediante publicação no Diário Oficial do Estado.
- 24.6 Poderão obter maiores informações e esclarecimentos sobre este edital no horário de 11h30 as 17h30, no Setor de Licitações dos Fundos Municipal de Saúde e de Assistência Social da PMSM, situado na Avenida Jones dos Santos Neves, n° 70 Centro, ou através do telefone (27) 3761-4864 e/ou 3761-4875 ou e-mail licitacaofundo@saomateus.es.gov.br.
- 24.7 O licitante fica obrigado a atender a todas as exigências do gestor do contrato referentes ao cumprimento da legislação brasileira vigente.
- 24.8 A CONTRATADA deverá observar e cumprir o disposto na Lei Municipal do Trabalho Seguro nº 1.286/2013, que institui a obrigatoriedade de capacitação dos trabalhadores em saúde e segurança do trabalho.
- 24.9 Fazem parte deste edital os seguintes anexos:

Anexo I - Termo de Referência;

Anexo II - Modelo de Proposta:

Anexo III – Exigências para habilitação;

Anexo IV – Declaração de superveniência;

Anexo V – Declaração de atendimento ao inciso XXXIII do Art. 7º da CF.

Anexo VI - Dados do Representante

Anexo VII - Minuta do Contrato.

São Mateus ES, 12 de Junho de 2014.

CASTORINA PEREIRA BARBOSA DA ROCHA

Pregoeira Oficial - FMS/FMAS da PMSM



PREGÃO ELETRÔNICO Nº 012/2014 ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA

OBJETO

Contratação de empresa especializadas para cobertura de seguro de veículos administrativos e ambulâncias, para atender a frota oficial da Secretaria Municipal de Saúde, com assistência técnica 24 horas por dia, 07(sete) dias por semana, em todo o território nacional, conforme as características, coberturas, condições, obrigações e requisitos técnicos contidos neste termo de referência por um **período de 12 meses.**

2. ESPECIFICAÇÕES DO OBJETO:

1. Segue, descrição dos veículos no quadro abaixo.

| Item | Veículos | Cobertura | Bonus |
|------|---|-------------------------|-------|
| 01 | Gol 1.0 flex 4 portas, direção, ar condicionado ano 2010/2011 – MTS - 7688 | Seguro p/ terceiros | 01 |
| 02 | Gol 1.0 flex 4 portas, direção, ar condicionado ano 2010/2011 – MTS - 7663 | Seguro p/ terceiros | 01 |
| 03 | Gol 1.0 flex 4 portas, direção, ar condicionado ano 2010/2011 – MTS - 7664 | Seguro Total | 01 |
| 04 | Siena 1.0 flex 4 portas, direção, ar condicionado ano 2010/2011 – MTA - 9353 | Seguros p/ terceiros | 01 |
| 05 | Doblo 1.8 8v flex 05 portas, ar cond. e direção Ano 2008/2008 – MSB – 7776 | Seguro Total | 01 |
| 06 | Doblo 1.8 8v flex 05 portas, ar cond. e direção Ano 2008/2009 – MSB – 7793 | Seguro Total | 01 |
| 07 | Doblo 1.8 8v flex 05 portas, ar cond. e direção AMBULÂNCIA Ano 2005/2006 - MQP - 4815 | Seguro Total | 01 |
| 08 | Doblo 1.8 8v flex 05 portas, ar cond. e direção AMBULÂNCIA Ano 2008/2008 – MSB – 7781 | Seguro Total | 01 |
| 09 | Doblo 1.8 8v flex 05 portas, ar cond. e direção AMBULÂNCIA Ano 2008/2009 – MSB – 7794 | Seguro Total | 01 |
| 10 | Doblo 1.8 8v flex 05 portas, ar cond. e direção AMBULÂNCIA Ano 2008/2009 – MSO – 8401 | Seguro Total | 01 |
| 11 | Doblo 1.8 8v flex 05 portas, ar cond. e direção AMBULÂNCIA Ano 2008/2008 – MSO – 8402 | Seguro Total | 01 |
| 12 | Ducato cargo furgão 2.8 diesel 2008/2008 – MSB – 7804 | Seguro Total | 01 |
| 13 | Doblo 1.8 8v flex 06 portas, ar cond. e direção Ano 2011/2012 – MTS – 7665 | Seguro p/ terceiros | 01 |
| 16 | Fiat Doblô cargo 1.8 8V flex – placa MTS 7682 | Seguro Total | 01 |
| 19 | Fiat Doblô cargo 1.8 8V flex – placa MTS 7683 | Seguro Total | 01 |
| 15 | Fiat Doblô cargo 1.8 8V flex – placa MTS 7684 | Seguro Total | 01 |
| 17 | Fiat Doblô cargo 1.8 8V flex – placa MTS 7685 | Seguro Total | 01 |



Estado do Espírito Santo

| 18 | Fiat Doblô cargo 1.8 8V flex – placa MTS 7686 | Seguro Total | 01 |
|----|--|--------------|----|
| 14 | Fiat Doblô cargo 1.8 16V flex – placa MTS 7687 | Seguro Total | 01 |

3. JUSTIFICATIVA

Os veículos estão sujeitos a acidentes que podem causar danos ao patrimônio da Secretaria Municipal de saúde e a terceiros, a contratação do seguro proporciona segurança no caso de envolvimento dos veículos em sinistros, possibilitando maior facilidade na recuperação e no ressarcimento de possíveis danos que possam ocorrer. Com assistência técnica 24 horas por dia, 07(sete) dias por semana, em todo o território nacional, conforme as características, coberturas, condições, obrigações e requisitos técnicos contidos neste termo de referência.

4. DA COBERTURA E ASSISTÊNCIA

- 4.1 O seguro deve ser realizado de acordo com o valor determinado, na modalidade "Frota".
- **4.2** O tipo de cobertura será Total e/ou compreensiva.
- **4.3** A importância segurada para cada veículo será determinada pelo valor de mercado constante da tabela FIPE (Site www.fipe.com.br), observado o tipo de franquia.
- **4.4** As outras coberturas serão cotadas levando em consideração os seguintes valores.

Para os veículos administrativos:

- a) RCF/DMT (Danos Materiais a terceiros)... R\$ 50.000,00 (Por veículo)
- b) RCF/DPT (Danos Pessoais e Terceiros)... R\$ 50.000,00 (Por veículo)
- c) APP/MORTE (Acidentes Pessoais Passageiros)... R\$ 30.000,00 (Por ocupante).
- d) APP/INVALIDEZ (Acidentes Pessoais Passageiros)...R\$ 30.000,00 (Por ocupantes)

Para os veículos ambulâncias:

- a) RCF/DMT (Danos Materiais a terceiros)... R\$ 50.000,00 (Por veículo)
- b) RCF/DPT (Danos Pessoais e Terceiros)... R\$ 50.000,00 (Por veículo)
- c) APP/MORTE (Acidentes Pessoais Passageiros)... R\$ 30.000,00 (R\$ 6.000,00 por ocupante).
- d) APP/INVALIDEZ (Acidentes Pessoais Passageiros)...R\$ 30.000,00 (R\$ 6.000,00 por ocupantes)

5. PARÂMETROS MÍNIMOS DA COBERTURA

O seguro deverá cobrir também os itens abaixo relacionados:

- a) Colisão, incêndio, furto e roubo;
- b) Abalroamento;
- c) Capotagem;
- d) Queda de precipício e de pontes;
- e) Queda acidental sobre o veículo de qualquer objeto ou substância que dele não faça parte integrante e não esteja nele afixado;
- f) Granizo;
- g) Furação;
- h) Terremoto;
- i) Submersão total ou parcial;
- j) Prestação de serviços de socorro ou salvamento decorrente de um dos riscos cobertos;
- k) Cobertura de vidros e retrovisores;
- Prestar assistência de emergência 24 horas para veículos, passageiros e motoristas.

6. ESPECIFICAÇÕES DA CONTRATAÇAO



Estado do Espírito Santo

A presente contratação deverá atender aos requisitos especificados neste Termo de Referência, objetivando dar cobertura a eventuais prejuízos causados por eventos estabelecidos como parâmetro da cobertura, bem como, garantir ao Contratante Segurado 100% (cem por cento) de indenização ou reembolso de indenizações que for obrigado a pagar, por danos involuntários pessoais e/ou materiais, causados em seu próprio veículo, a terceiros transportados, terceiros não transportados, bem como demais situações causadas pelos veículos segurados, decorrentes de risco aberto.

7. ESPECIFICAÇÃO DAS COBERTURAS

Colisão, Incêndio e Roubo - Danos causados no próprio veículo.

- Casco e demais superfícies;
- Vidros e retrovisores.

Responsabilidade Civil Facultativa de Veículos - RCF-V.

- Danos Pessoais/Corporais)DC
- a) Morte:
- b) Invalidez Permanente e Parcial;
- c) Demais coberturas oferecidas aos usuários de seguros;

Danos Materiais(DM)

Acidentes Pessoais Passageiros - APP.

- a) Morte:
- b) Invalidez Permanente e Parcial;
- c) Demais coberturas oferecidas aos usuários de seguros.

8. OBRIGAÇÕES MÍNIMAS DA CONTRATADA

- **8.1** Havendo sinistro que obrigue a realização de serviços, estes deverão ser executados, obrigatoriamente em concessionária autorizada ou empresa credenciada indicada pela Seguradora, desde que tenha a aprovação e autorização da Contratante, observando que a reposição de peças será procedida utilizando peças originais.
- **8.2** Providenciar a imediata correção das deficiências apontadas pela Contratante, quanto à execução dos serviços contratados.
- 8.3 Prover condições que possibilitem o atendimento dos serviços a partir da data da assinatura do contrato;
- **8.4** Enviar de imediato o corretor responsável, em casos de sinistro, para que seja providenciada a documentação legal necessária à prestação dos serviços, incluindo assistência a terceiros;
- **8.5** Ressarcir os eventuais prejuízos causados ao órgão e/ou terceiros, provocados por ineficiência ou irregularidades cometidas por seus empregados ou prepostos na execução dos serviços contratados;
- **8.6** Responsabilizar-se por todas as despesas diretas ou indiretas, tais como laudos, vistorias, salários, transportes, encargos sociais, fiscais, trabalhistas, previdenciários e de ordem de classe, indenizações e quaisquer outras despesas que forem devidas aos seus empregados ou prepostos, no desempenho dos serviços contratados;
- **8.7** Vistoriar, IN LOCO, as condições dos veículos para ter conhecimento do estado e situação dos veículos, antecipadamente à realização da licitação.

Local da Vistoria:

- Veículos Administrativos Setor de transporte (AMA) na Av. José Tozzi, nº 2.225 Centro São Mateus ES
- Veículos ambulância Central de Ambulância na Av. José Tozzi, s/nº Centro São Mateus ES



Estado do Espírito Santo

8.8 As apólices deverão ser entregues ao fiscal do contrato Martinho Correia Monteiro no setor de transporte da SEMUS na Av. José Tozzi, s/nº - Centro – São Mateus - ES.

9. DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

- 9.1 Comunicar à Contratada a ocorrência de quaisquer sinistros, durante a vigência do Contrato a ser firmado;
- **9.2** Acompanhar e fiscalizar a execução do Contrato a ser firmado e efetuar os pagamentos nas condições e preços pactuados;
- 9.3 Designar representante para acompanhar e fiscalizar a execução do Contrato;
- 9.4 Fornecer à Contratada todas as informações necessárias em relação aos veículos;
- **9.5** O setor competente para receber, autorizar, supervisionar, conferir e fiscalizar o objeto desta licitação será o setor de Transpores, observando os artigos 67 a 76, da Lei Federal nº 8.666/93.
- 9.6 O servidor público municipal designado, neste ato, para acompanhamento do contrato acima descrito é o Sr. Martinho Correia Monteiro, matrícula nº 57389, Portaria nº 1.129/1999 no cargo efetivo de Agente de Serviços Gerais II que atuará como fiscal titular e O Sr. Luiz Carlos Henriques, matricula nº 57678, Decreto nº 1.240/2009 Efetivo, motorista, como fiscal suplente do mesmo.

10. VIGÊNCIA DA CONTRATAÇÃO

O contrato terá um período de **12 (doze) meses** de duração, contado da data da assinatura do contrato, podendo ser prorrogado por iguais períodos, de acordo com a legislação vigente.

11. OBSERVAÇÕES GERAIS

- **11.1** A empresa Contratada deverá fornecer todo o suporte necessário e suficiente para a dinamização, atendimento e concretização dos vários feitos e etapas dos seguro;
- **11.2** A vistoria porventura feita nos veículos correrá por conta da seguradora, sem ônus para a Secretaria Municipal de Saúde;
- **11.3** O prazo de execução dos serviços em caso de ocorrência de sinistro ou acidente, é de no máximo 30(trinta) dias;
- **11.4** A seguradora deverá emitir as apólices de seguro no prazo máximo de 15 (quinze) dias contados da data de assinatura do contrato:
- **11.5** A seguradora deverá emitir documento que contenha os dados do seguro e dos veículos segurados, coberturas, valores com tratados (importância seguradas), vigência do seguro, condições gerais e particulares que identifiquem o risco, assim como, prever o endosso de inclusão e exclusão ou de ampliação de valor segurado para cada veículo;
- **11.6** A empresa licitante poderá oferecer outras garantias e vantagens adicionais como bônus na renovação e outras, desde que não onerem o prêmio estabelecido na proposta apresentada;
- **11.7** O valor base para cálculo do seguro será extraído da Tabela FIPE, sendo que os valores do prêmio, coberturas e franquias, serão os previstos em tabela da SUSEP- Superintendência de Seguros Privados do Brasil:

12. PAGAMENTO E DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA



Estado do Espírito Santo

12.1 A dotação orçamentária para o exercício de 2014, destinada ao pagamento do objeto licitado estão previstas e indicadas no processo pela área competente da Secretaria Municipal de Saúde, sob os seguintes números:

Recurso: 12030000 - Recursos SUS

0090009010.1030101352.144 - Manutenção e Desenvolvimento das Atividades da Atenção Básica a

Saúde

33903900000 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica - Ficha 022

Recurso: 12030000 - SIA/SUS

0090009010.1030101492.150 - Manutenção das Atividades do Setor de Transportes de Pacientes -

Central de Ambulâncias.

33903900000 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica - Ficha 0141

Recurso: 12010000 - Recursos Próprio

0090009010.1030101562.141 - Manutenção e Desenvolvimento das Atividades da Vigilância

Epidemiológica e Ambiental.

33903900000 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica - Ficha 0197

- **12.2** A parte das despesas decorrentes desta licitação que não forem realizadas em 2014 correrá à conta de dotações orçamentárias próprias de exercícios futuros.
- **12.3** O pagamento decorrente da concretização do objeto desta licitação será efetuado pela Secretaria Municipal de Saúde em até de 30 (trinta) dias, por processo legal, após a devida comprovação da entrega do objeto.
- **12.4** Se o objeto não for entregue conforme condições deste termo, o pagamento ficará suspenso até seu recebimento regular.
- **12.5** Em caso de irregularidade na emissão dos documentos fiscais, o prazo de pagamento será contado a partir de sua reapresentação, desde que devidamente regularizados.
- **12.6** Nenhum pagamento será efetuado à **CONTRATADA**, enquanto pendente de liquidação, qualquer obrigação financeira decorrente de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito a reajustamento de preços.



PREGÃO ELETRÔNICO Nº 012/2014

ANEXO II - MODELO DE PROPOSTA

Empresa: _____(Nome da Empresa)_____

| AO MUN | NICÍPIO [| DE SÃO MAT | EUS - ES | | | |
|---------------------------------|---|--|--|----------------------------------|----------------|------------------|
| OBJETO | : CONT | RATAÇÃO D | E EMPRESA ESPECIALIZADA EM COBERTU | IRA DE SEGUR | O DE VEÍCULO | <u>os</u> . |
| Prezado | s Senho | res: | | | | |
| Pela pre acordo d | esente for com toda: | rmulamos Pr s as condiçõ | oposta Comercial para fornecimento dos mater es do PREGÃO ELETRÔNICO nº 012/2014 e se | iais descritos ab eus anexos. | aixo, com entr | ega ÚNICA, de |
| ITEM | UND | QUANT | ESPECIFICAÇÃO | MARCA | VALOR UNIT | VALOR TOTAL |
| 01 INFORM | IAR O V | L ALOR DO TO | DTAL: R\$ | | | |
| Anexo I Anexo II Anexo IV | – Descriç – Propos I – Exigê / – Decla | ção do objeto sta Comercia ncias para H aração de suj | l; | ção Federal; | | |
| Sem ma | is para o | momento, fi | mamo-nos. | | | |
| Atencios | samente, | | | | | |
| | | | Identificação e assinatura do representante I | egal/carimbo | | |
| Obs.: N | | os unitários | será permitido no máximo 02 (DUAS) casas | s decimais, con | forme item 12 | 2.1.8 alínea "f' |



Estado do Espírito Santo PREGÃO ELETRÔNICO Nº 012/2014 ANEXO III - EXIGÊNCIAS PARA HABILITAÇÃO

1 - DA HABILITAÇÃO

Os documentos necessários à habilitação deverão estar com prazo vigente, à exceção daqueles que, por sua natureza, não contenham validade, e poderão ser apresentados em original, por qualquer processo de cópia autenticada por tabelião de notas ou publicação em órgãos da imprensa oficial, não sendo aceitos "protocolos de entrega" ou "solicitação de documento" em substituição aos documentos requeridos neste edital.

1.1. DA HABILITAÇÃO JURÍDICA

- a) Registro comercial, no caso de empresa individual;
- b) Ato constitutivo, estatuto ou contrato em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais e no caso de sociedade por ações, acompanhado dos documentos de eleição de seus atuais administradores:
- c) Inscrição do ato constitutivo no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de Diretoria em exercício;
- d) Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente.

1.2. DA REGULARIDADE FISCAL

- a) prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (cartão CNPJ).
- b) prova de inscrição no Cadastro de Contribuintes Estadual (FAC Ficha de Atualização Cadastral) ou Municipal (Alvará de Funcionamento), relativo ao domicílio ou sede da proponente, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto do certame.
- c) prova de regularidade para com a Fazenda Federal: Certidão Conjunta perante a Secretaria da Receita Federal, e a Procuradoria da Fazenda Nacional, conforme IN/SRF nº 574/2005;
- d) prova de regularidade relativa à Seguridade Social: Certidão Negativa de Débito CND, emitida pelo Instituto Nacional do Seguro Social-INSS;
- e) Certificado de Regularidade do FGTS CRF, emitido pela Caixa Econômica Federal;
- f) Certidão de regularidade para com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede da proponente, pertinente ao seu ramo de atividade e relativa aos tributos relacionados com o objeto licitado.
- g) comprovação de Regularidade perante a Fazenda Municipal: Certidão dos Tributos relativos ao domicílio ou sede da proponente.
- h) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas, emitida pelo Tribunal Superior do Trabalho, conforme Lei nº 12.440/2011.

1.3. DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

- a) Comprovação de que o licitante forneceu materiais de natureza semelhante ou compatível ao indicado no Anexo I do presente edital. A comprovação será feita por meio de apresentação de <u>atestado(s)</u>, em nome do licitante, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, em papel timbrado, que comprovem o fornecimento pertinente e compatível com o objeto da licitação, descrito no anexo I do presente edital;
- b) LICITANTE deverá apresentar declaração própria que vistoriou os veículos e que conhece todos os aspectos peculiares à execução dos serviços de que trata o presente Edital, nada podendo futuramente alegar para justificar ou alterar os preços propostos.

1.4. DA QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO- FINANCEIRA

 a) Certidão Negativa de Falência ou Concordata expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, com data de emissão de no máximo 30 (trinta) dias, anteriores à data fixada para a sessão de abertura da licitação;

1.5. OUTROS DOCUMENTOS:

- 1.5.1 Declaração de Superveniência (Anexo IV);
- 1.5.2 Declaração de Atendimento ao Inciso XXXIII do Art. 7º da Constituição Federal (Anexo V);

OBS: As empresas cadastradas no SICAF/FEDERAL poderão deixar de apresentar as documentações exigidas nos itens 1.1 letras "a" à "d" e 1.2 letra "a" à "d", substituindo-os pelo referido Certificado, obrigando-se, no entanto, a declarar sob as penalidades legais cabíveis, a inexistência de fato superveniente impeditivo da habilitação, conforme modelo anexo IV.

CASTORINA PEREIRA BARBOSA DA ROCHA Pregoeira Oficial - FMS/FMAS DA PMSM



PREGÃO ELETRÔNICO № 012/2014

ANEXO IV - MODELO

| LOCAL E DATA | | |
|--|--------------------------------|---|
| Ao: | | |
| MUNICÍPIO DE SÃO MATEUS - ES | | |
| | | |
| | DECLARAÇÃO | |
| A empresa(Nome da Empresa) devidamente inscrita no CNPJ sob o nº superveniente impeditivo a sua participação no Preg | , declara sob as p | (Endereço Completo) penalidades cabíveis a inexistência de fat |
| (nome e ider | ntificação do representante le | gal) |



PREGÃO ELETRÔNICO Nº 012/2014

ANEXO V - MODELO

DECLARAÇÃO DE ATENDIMENTO

AO INCISO XXXIII DO ART. 7º DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL

| Sr(a) e do CPF nº |
|---|
| Ressalva: emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz () . |
| (data) |

Representante Legal



PREGÃO ELETRÔNICO Nº 012/2014 ANEXO VI

DADOS COMPLEMENTARES DO REPRESENTANTE, CREDENCIADO, PARA ASSINAR O CONTRATO

| NOME: | | | | |
|----------------------|----------------|-------------------------|----------|--|
| Nº C.I.: | ÓRGÃO EMISS | SOR: | UF: | |
| Nº CPF: | UF: | NACIONALIDADE: | | |
| PROFISSÃO: | | ESTADO CIVIL: | | |
| ENDEREÇO COMPLETO DA | . PESSOA JURÍC | DICA – TELEFONE e E-M | AIL: | |
| | | | | |
| | | | | |
| | [cidade], | de | de 2014. | |
| | | | | |
| | | Assinatura e Carimbo | | |
| | | Assiriatura e Cariffibo | , | |

Observação:

Caso o representante seja procurador legal da empresa, anexar a procuração juntamente com a documentação.



PREGÃO ELETRÔNICO № 012/2014 *ANEXO VII*

MINUTA DO CONTRATO

| | | QUE ENTRE SI CI R INTERMÉDIO DO MATEUS-ES | FUNDO MUN | ICIPAL DE | |
|--|---|---|--|---|--|
| O MUNICÍPIO DE SÃO MATEUS – ES por interri jurídica de direito público interno, inscrito no CN Santos Neves, nº 70, Centro, São Mateus - ES (qualificação | NPJ/MF sob o S, doravante de), e a Empresa | nº. 11.356.696/0001- enominado <u>CONTRA</u> | 00, com sede <u>TANTE</u> , neste , pessoa jui | na Avenida ato repres rídica de dir | a Jones dos sentado pelo eito privado, |
| inscrita no CNPJ/MF sob o nº | e CI nº I, e o Processo | , residente Administrativo nº. 00 | , naci na 07.851/2014, n | ionalidade, ios termos d | estado civil, , das Leis nº.s |
| CLÁUSULA PRIMEIRA | | | | | |
| 1. DO OBJETO | | | | | |
| 1.1. Este Contrato tem por objetivo a <u>CONTRAT</u> <u>DE VEÍCULOS</u> , para atendimento à Secretaria M | | | | | |
| CLÁUSULA SEGUNDA | | | | | |
| 2. DO PREÇO A SER CONTRATADO | | | | | |
| 2.1. O Contratante pagará à Contratada o valor inclusos todos os impostos, taxas, tributos diretinstalações e quaisquer despesas inerentes à con | tos e indiretos, | | | | |
| §1º - Os preços contratados serão fixos e in | reajustáveis pe | lo período de 12 mes | es. | | |
| CLÁUSULA TERCEIRA | | | | | |
| 3. DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO | | | | | |
| 3.1 – Os pagamentos serão efetuados em até 3 | 30 (trinta) dias, | através de depósito | em conta cor | rente do for | necedor, no |

3.1.1 – A Nota Fiscal apresentada deverá constar o número do item do material e o número e a Modalidade de Licitação;

juntamente com o relatório de fiscalização;

3.2 – No caso de incorreção nos documentos apresentados, inclusive na Nota Fiscal/Fatura, serão os mesmos restituídos à adjudicatária para as correções necessárias, não respondendo o CONTRATANTE por quaisquer encargos resultantes de atrasos na liquidação dos pagamentos correspondentes.

Banco por ele indicado, contados da data da certificação/aceitação dos materiais, constantes no verso da Nota Fiscal/Fatura em 02 (duas) vias, com o visto do funcionário competente para o recebimento e conferência dos produtos

3.2.1 - Ocorrendo erro na apresentação das Notas Fiscais/Faturas as mesmas serão devolvidas à CONTRATADA para correção, ficando estabelecido que o prazo para pagamento será contado a partir da data da apresentação das novas Notas Fiscais/Faturas, sem qualquer ônus ou correção a ser pago pelo Município;



Estado do Espírito Santo

- 3.3 É expressamente vedado ao fornecedor cobrança ou desconto de duplicatas através de rede bancária ou de terceiros:
- 3.4 Os pagamentos serão efetuados somente após a comprovação da Regularidade Fiscal, mediante apresentação, junto às Notas Fiscais/Faturas, de cópias, das Certidões Negativas de Débito com o INSS e FGTS e CNDs Municipal, Estadual e Federal da sede da Contratada e Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas, emitida pelo Tribunal Superior do Trabalho, conforme Lei nº 12.440/2011.
- 3.5 Conforme determina o Art. 64 da Lei nº 9.430 de 27 de dezembro de 1996 e Instrução Normativa SRF nº 539 de 25 de abril de 2005, os pagamentos efetuados as pessoas jurídicas estão sujeitos a retenção dos impostos e tributos previstos no referido estatuto legal.
- 3.6 As pessoas jurídicas optantes pelo SIMPLES (Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e das Empresas de Pequeno Porte), não estão sujeitas a retenção dos referidos tributos e contribuições previstas na referida legislação, desde que comprovada a condição de optante pelo SIMPLES, mediante a apresentação de declaração conforme modelo previsto no anexo da referida Instrução Normativa.

CLÁUSULA QUARTA

4. DO PRAZO DE INÍCIO E DA DURAÇÃO DO CONTRATO

- 4.1. O presente contrato tem duração estimada 12 (doze) meses, contados a partir da emissão da Ordem de Fornecimento;
- 4.2. O prazo deste Contrato poderá ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos, mediante acordo prévio entre as partes contratantes, através de Termo Aditivo e em conformidade com a Lei nº 8.666/93 e suas alterações.

CLÁUSULA QUINTA

5. DAS FONTES DE RECURSOS

0090 – SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
009010 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
10 - SAÚDE
12 – ADMINISTRAÇÃO GERAL
0136 – APOIO ADMINISTRATIVO – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE.
2.142 – MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DAS ATIVIDADES DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE.
33903900000 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURIDICA
12010000 – RECURSOS PRÓPRIOS - FICHA 0000009

0090 – SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE 009010 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE 10 - SAÚDE 301 – ATENÇÃO BÁSICA 0135 – APOIO ADMINISTRATIVO – ATENÇÃO BÁSICA À SAÚDE. 2.144 – MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DAS ATIVIDADES DA ATENÇÃO BÁSICA À SAÚDE. 33903900000 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURIDICA 12030000 – RECURSOS DO SUS - FICHA 0000022

0090 – SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE 009010 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE 10 - SAÚDE 301 – ATENÇÃO BÁSICA 0149 – TRANSPORTE 2.150 – MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO SETOR DE TRANSP. DE PACIENTES – CENTRAL DE AMBULÂNCIAS. 33903900000 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURIDICA 12030000 – RECURSOS DO SUS - FICHA 0000141



CLÁUSULA SEXTA

6. DA ENTREGA E RECEBIMENTO DOS MATERIAIS

- 6.1 . O recebimento do objeto desta licitação será fiscalizado por servidor designado pela Secretaria requisitante e dar-seá mediante termo circunstanciado, na forma do § 1º e Inciso II, do Art. 73, da Lei de Licitações da seguinte forma:
- a) provisoriamente, por cinco dias, para verificação da conformidade do objeto com as especificações;
- b) definitivamente, transcorridos 05 (cinco) dias úteis. Findo esse prazo sem que tenha sido lavrado o termo de recebimento definitivo e sem que haja qualquer manifestação em contrário, presumir-se-á ocorrido o recebimento definitivo.
- 6.2. O prazo máximo para entrega das apólice será no máximo de 15 (quinze) dias contados da data da assinatura do contrato.
- 6.2.1 O prazo de execução dos servicos em caso de ocorrência de sinistro ou acidente, é de no máximo 30 (trinta) dias.
- 6.3 Por ocasião da entrega, caso seja detectado que os Materiais não atendem às especificações técnicas do objeto licitado, poderá a Administração rejeita-los, integralmente ou em parte, obrigando-se a Licitante a providenciar a sua substituição dos bens não aceitos no prazo máximo de até 05 (cinco) dias, sem prejuízo para o disposto nos artigos 441 a 446 do Código Civil de 2002, aplicável quando for o caso.
- 6.4. Correrão por conta da Contratada todas as despesas de embalagem, transporte, tributos, decorrentes da entrega do objeto.

CLÁUSULA SÉTIMA

7. DO PRAZO DE VALIDADE DOS MATERIAIS

7.1. A VALIDADE dos produtos não poderá ser inferior a 02 (dois) anos, contados a partir da data de entrega, aplicável quando for o caso.

CLÁUSULA OITAVA

8. DAS RESPONSABILIDADES DAS PARTES

8.1 – Compete a **CONTRATADA**:

- a) Entregar o material ofertado de acordo com o estipulado no edital de Pregão Eletrônico nº 012/2014;
- b) Utilizar pessoal técnico qualificado para o exercício das atividades que lhe forem confiadas;
- c) Designar funcionário responsável pelo acompanhamento e fiscalização na entrega dos materiais adquiridos.
- d) Registrar ocorrências havidas durante a vigência do presente contrato, de tudo dando ciência à Contratante, respondendo integralmente por sua omissão;
- e) Manter, durante toda execução do contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

8.2. Compete a CONTRATANTE:

- a) Pagar a contratada, o preço estabelecido na Cláusula Segunda, nos termos deste Contrato;
- b) Definir o local para entrega dos materiais adquiridos;
- c) Designar servidor responsável pelo acompanhamento e fiscalização na entrega dos produtos adquiridos;

CLÁUSULA NONA

9. DAS PENALIDADES

9.1. Durante a execução do Contrato, poderão ser aplicadas as seguintes penalidades:



- a) advertência;
- b) multa de 0,03% (três décimos por cento) por dia de atraso, limitada a 20% do valor total do contrato;
- c) multa de 10% (dez por cento) pelo descumprimento do Contrato;
- d) suspensão temporária do direito de licitar, de contratar com a Administração e, se for o caso, descredenciamento no Município, pelo prazo de até 02 (dois) anos ou enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou, ainda, até que seja promovida a reabilitação perante a autoridade que aplicou a penalidade.
- e) declaração de inidoneidade para contratar com toda a Administração Pública Estadual, nos termos do artigo 7º da Lei Federal nº 10.520/02.
- 9.1.1 No caso de aplicação de advertência, multa e suspensão temporária, caberá apresentação de recurso no prazo de 05 (cinco) dias úteis a contar da intimação do ato.
- 9.2. Antes da aplicação de qualquer das penalidades, a Contratada será advertida, devendo apresentar defesa em 05 (cinco) dias úteis. A sanção de declaração de inidoneidade poderá ser aplicada juntamente com a sanção prevista na alínea "c", facultada a defesa do interessado no respectivo processo, no prazo de 10 (dez) dias da abertura de vista, podendo a reabilitação ser requerida após 02 (dois) anos de sua aplicação.
 - 9.2.1. A Contratada, durante a execução do Contrato, somente poderá receber 03 (três) advertências, quando, então, será declarado o descumprimento do Contrato, com a aplicação das penalidades cabíveis. A Administração, porém, poderá considerar rescindido o Contrato mesmo que só tenha ocorrido uma advertência.
 - 9.2.2. As advertências, quando seguidas de justificativa aceita pela Administração, não serão computadas para o fim previsto no item 9.2.1.
 - 9.2.3. As advertências, quando não seguidas de justificativa aceita pela Administração, darão ensejo à aplicação das penalidades das letras "b" a "e" do item 9.1.
- 9.3. As multas previstas nas letras "b" e "c" poderão ser aplicadas em conjunto e poderão ser acumuladas com uma das penalidades previstas nas letras "d" e "e" do item 9.1.
 - 9.3.1. A multa moratória será calculada do momento em que ocorreu o fato gerador e, não, da advertência, estando limitada a 20% (vinte por cento), quando deverá ser rescindido o Contrato e aplicada, também, a multa cominatória de 10% (dez por cento). Poderá a Administração, entretanto, antes de atingido o pré-falado limite, rescindir o Contrato em razão do atraso.
- 9.4. A Administração poderá considerar outros fatos, que não o simples atraso na execução do Contrato, para entender rescindido o Contrato.
- 9.5. As multas serão calculadas pelo valor total do Contrato, devidamente atualizado nos termos das cláusulas do reajuste.
- 9.6. Se o descumprimento do Contrato gerar conseqüências graves para a Administração, poderá a Administração, além de rescindir o Contrato, aplicar uma das penalidades previstas na letra "d" ou "e" do item 9.1.
- 9.7. Se os danos restringirem-se à Administração Contratante, será aplicada a pena de suspensão pelo prazo de, no máximo, 02 (dois) anos.
- 9.8. Se puderem atingir a Administração Pública Estadual como um todo, será aplicada a pena de Declaração de Inidoneidade.
- 9.9. A dosagem da pena e a dimensão do dano serão identificados pelo Secretário/Dirigente do Órgão/Entidade licitante.
- 9.10. Não confirmada a Declaração de Inidoneidade, será esta considerada como suspensão para contratar com a Administração pelo prazo máximo.
- 9.11. Poderão ser declarados inidôneos ou receberem a pena de suspensão, as empresas ou profissionais que, em razão dos contratos regidos pela Lei nº 8.666/93:



Estado do Espírito Santo

- a) tenham sofrido condenação definitiva por praticarem, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de qualquer tributo.
- b) tenham praticado atos ilícitos visando frustrar os objetivos da licitação.
- c) demonstrarem não possuir idoneidade para contratar com a Administração, em virtude da prática de atos ilícitos.
- 9.12. O descumprimento do prazo de entrega conforme Cláusula Sexta implicará, por dia de atraso, na aplicação de multa de mora de 0,03% (três décimos por cento) do valor global da Nota de Empenho.
- 9.13. Pela recusa injustificada da assinatura da Ordem de Fornecimento, a contratada será penalizada em até 10% do valor do contrato

CLÁUSULA DÉCIMA

10. DA RESCISÃO

- 10.1. Constituem motivos para a rescisão contratual:
- a) O descumprimento ou o cumprimento irregular de cláusulas contratuais, especificações, projetos ou prazos;
- b) A lentidão no cumprimento do contrato, que impossibilite a conclusão dos serviços no prazo estipulado.
- c) Atraso injustificado no início dos serviços;
- d) Paralisação dos serviços, sem justa causa e prévia comunicação ao Município;
- e) A subcontratação total ou parcial do seu objeto;
- f) Desatendimento das determinações regulares da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a sua execução, assim como a de seus superiores;
- g) O cometimento reiterado de faltas na execução, anotadas na formas do § 1º do art. 67, da Lei nº 8.666/93;
- h) Decretação de falência, recuperação judicial, instauração de insolvência civil, dissolução da sociedade ou o falecimento do contratado:
- i) Alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da Contratada que, a Juízo do Município, prejudique a execução do Contrato;
- j) O valor das multas aplicadas atingir 20% (vinte por cento) do valor global contratado ou após o trigésimo dia de atraso no cumprimento da obrigação assumida;
- I) Razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pelo Prefeito, exaradas no processo administrativo a que se refere o Contrato;
- m) O descumprimento do disposto no inciso V do art.27 da Lei 8.666/93, com a redação conferida pela Lei 9.854/99.
- 10.2. A rescisão do Contrato poderá ainda ocorrer nas demais hipóteses e condições previstas nos artigos 78 e 79 da Lei nº 8.666/93, com aplicação do art. 80 da mesma Lei, se for o caso.
- 10.3. A rescisão do Contrato poderá ainda ocorrer de forma amigável, por acordo entre as partes, reduzido a termo no processo desde que haja conveniência para a Administração Pública.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA

11. DOS ADITAMENTOS

11.1 O presente contrato poderá ser aditado nos termos previstos na Lei nº 8.666/93, e alterações.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA

12. DOS RECURSOS

12.1 Os recursos, representação e pedido de reconsideração, somente serão acolhidos nos termos do art. 109, da Lei n^2 8.666/93 e alterações posteriores.



CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA

13. DO ACOMPANHAMENTO, FISCALIZAÇÃO E DO RECEBIMENTO

- 13.1. A execução do contrato será acompanhada pela Secretaria Municipal de Saúde, que deverá atestar a execução do objeto contratado, observando o disposto neste contrato e seus parágrafos, sem o que não será permitido qualquer pagamento;
- 13.2. A execução do presente contrato será acompanhada e fiscalizada pelo representante da Administração especialmente designado, conforme determinação dos artigos 58, inciso III e artigo 67 da Lei 8.666/1993. Desta forma, designa-se **Titular** o servidor público o Sr. **Martinho Correia Monteiro**, matrícula nº 57389, Portaria nº 1.129/1999 no cargo efetivo de Agente de Serviços Gerais II, e como **Suplente** o servidor público a Sr. **Luiz Carlos Henriques**, matrícula nº 57921, Decreto nº 1.240/2009 no cargo efetivo de Motorista, para o fiel cumprimento do presente contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA

| 14. DO REPRESENTANTE DA CONTRATADA |
|--|
| 14.1. Representará a Contratada na execução do ajuste, como preposto,, brasileiro,, brasileiro, |
| CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA |
| 15. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS |
| 15.1 A CONTRATADA deverá manter durante toda a execução do contrato compatibilidade com a obrigação assumida, pem como todas as condições de habilitação e qualificações exigidas na licitação; |
| 15.2 Naquilo em que for omisso, o presente instrumento contratual, reger-se-á pelas Leis nº. 10.520/2002 e 8.666/1993 e pelas condições estabelecidas no Edital de Pregão Eletrônico nº 012/2014. |
| 15.3 A CONTRATADA deverá atender a todas as exigências da CONTRATANTE quanto ao cumprimento da legislação pertinente. |
| 15.4 A CONTRATADA deverá observar e cumprir o disposto na Lei Municipal do Trabalho Seguro nº 1.286/2013, que nstitui a obrigatoriedade de capacitação dos trabalhadores em saúde e segurança do trabalho. |
| CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA |
| 16. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E DO FORO |
| 16.1. Fica eleito o foro da Comarca de São Mateus, Estado do Espírito Santo, para dirimir qualquer dúvida ou contestação oriunda direta ou indiretamente deste instrumento, renunciando-se expressamente a qualquer outro, por mais privilegiado que seja. |
| 16.2. E, por estarem justos e contratados, assinam o presente em três vias de igual teor e forma, para igual distribuição, para que produza seus efeitos legais. |
| São Mateus, de de 2014. |
| Mércia Mônico Comério de Holanda Secretária Municipal de Saúde |

Nome Cargo Empresa CONTRATADA

Fundo Municipal de Saúde de São Mateus-ES **CONTRATANTE**